



PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS
Av Firmino Girardello, 85
Getúlio Vargas - Rio Grande do Sul - 99900-000
administracao@pmgv.rs.gov.br

LEI Nº 5.718 DE 23 DE OUTUBRO DE 2020

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Getúlio Vargas/RS, para o exercício de 2021.

MAURICIO SOLIGO, Prefeito Municipal de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Getúlio Vargas/RS para o exercício financeiro de 2021, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição e da Lei nº. 5.691 de 04 de Setembro de 2020, relativa a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta e a ele vinculados, bem como Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SEÇÃO I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada, no mesmo valor da Despesa, em R\$ 63.431.156,95 (Sessenta e três milhões, quatrocentos e trinta e um mil e cento e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

Art. 3º A estimativa da receita por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

I - RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1 – RECEITAS CORRENTES	63.877.435,12
Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria	12.328.314,78
Receita de Contribuições	3.446.563,32
Receita Patrimonial	3.075.134,57
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	223.408,08
Transferências Correntes	43.804.278,83
Outras Receitas Correntes	999.735,54
2 – RECEITAS DE CAPITAL	1.727.937,27



PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS
Av Firmino Girardello, 85
Getúlio Vargas - Rio Grande do Sul - 99900-000
administracao@pmgv.rs.gov.br

Operações de Crédito Internas	295.100,00
Operações de Crédito Externas	0,00
Transferências de Capital	983.351,09
Alienação de Bens	447.774,18
Outras Receitas de Capital	1.712,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	5.204.179,80
Receita de Contribuições – Intra-orçamentárias	5.204.179,80
9 – DEDUÇÕES DA RECEITA	7.378.395,24
Dedução de Receita - Renúncia	985.908,00
Dedução de Receita - Restituições	0,00
Dedução de Receita – Descontos Concedidos	177.122,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	6.215.365,24
TOTAL	63.431.156,95

SEÇÃO II
Da Fixação da Despesa

Art. 4º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 63.431.156,95 (Sessenta e três milhões, quatrocentos e trinta e um mil e cento e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos), distribuída entre os Órgãos Orçamentários conforme discriminado nos Anexos integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

I - DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

01	Legislativa	1.356.778,03
02	Judiciária	369.914,01
04	Administração	8.247.688,76
06	Segurança Pública	52.647,56
08	Assistência Social	2.051.963,20
09	Previdência Social	4.514.998,84
10	Saúde	12.266.765,44
12	Educação	16.943.290,47
13	Cultura	731.508,15
15	Urbanismo	2.806.162,81
16	Habitação	77.647,56
17	Saneamento	67.710,91
18	Gestão Ambiental	551.031,08
20	Agricultura	1.217.020,19
22	Indústria	196.940,33
23	Comércio e Serviços	597.592,38
25	Energia	1.074.564,28
26	Transporte	4.921.333,76
27	Desporto e Lazer	483.495,26
28	Encargos Especiais	4.386.795,38
99	Reservas	515.308,55
	TOTAL	63.431.156,95

Re



PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS
Av Firmino Girardello, 85
Getúlio Vargas - Rio Grande do Sul - 99900-000
administracao@pmgv.rs.gov.br

II - DESPESAS POR ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL		
01	PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	1.356.778,03
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL		
02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	1.453.511,16
03	PROCURADORIA E ASSESSORIA JURÍDICA	369.914,01
04	COORDENADORIA DE PLANEJ E INFORMÁTICA	673.972,80
05	COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE	83.198,67
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	2.290.556,51
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	10.437.372,31
08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	18.092.263,88
09	SECRETARIA MUN DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS	8.460.488,12
10	SECRETARIA MUN DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	14.050.992,98
11	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	3.253.494,71
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	2.393.305,22
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	515.308,55
	TOTAL GERAL	63.431.156,95

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA:

3.0	DESPESAS CORRENTES	59.166.422,93
3.1	Pessoal e Encargos Sociais	36.707.050,09
3.2	Juros e Encargos da Dívida	265.885,31
3.3	Outras Despesas Correntes	22.193.487,53
4.0	DESPESAS DE CAPITAL	3.749.425,47
4.4	Investimentos	2.829.472,05
4.6	Amortização da Dívida	919.953,42
9.0	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	515.308,55
9.9	Reserva de Contingência (art. 5º Inciso III LRF101)	515.308,55
	TOTAL GERAL	63.431.156,95

Parágrafo único. Conforme prevê o Artigo 4º da Lei Municipal nº. 5.691 de 04 de Setembro de 2020 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2021 os valores relativos as diversas Unidades Orçamentárias não sofreram alterações.

Art. 5º Integram esta Lei, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 5.691 de 04 de setembro de 2020 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2021, os anexos contendo os quadro orçamentária e demonstrativos das Receitas e Despesas, a programação de trabalho nas Unidades Orçamentária e o detalhamento dos créditos orçamentários.

Seção III
Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 6º Ficam autorizados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS

Av Firmino Girardello, 85

Getúlio Vargas - Rio Grande do Sul - 99900-000

administracao@pmgv.rs.gov.br

I - Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intra-orçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a) anulação parcial ou total de suas dotações;
- b) incorporação de superávit e ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- c) excesso de arrecadação.

II – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intra-orçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

§ 1º As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.

§ 2º Para fins da alínea b do inciso I do caput, também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, os recursos que forem gerados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

Art. 7º Os limites autorizados no artigo 6º não serão onerados quando o crédito se destinar a:

I – insuficiências de dotações do Grupo de Natureza de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo.

II – pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;

III – despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado;

IV - incorporar superávits financeiros, apurados no balanço patrimonial do exercício de 2020 e excesso de arrecadação de receitas, nos termos do art. 43, § 1º, incisos I e II, 2º, 3º e 4º, da Lei 4.320, de 1964;

V - atendimento de despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive aquelas consideradas de pequeno valor nos termos da legislação vigente e relativa a débitos de precatórios vincendos.

VI - utilização da Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no Anexo de Metas Fiscais, da Lei nº 5.691 de 04 de Setembro de 2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2021;

§ 1º Não serão computados no limite referido no "caput" deste artigo os créditos adicionais suplementares que não alterem o valor da dotação atribuída a cada programa, projeto, atividade ou operação especial.

§ 2º As transferências financeiras ao Fundo de Previdência do Servidor (FPS) e este à Administração Direta ou entre si, poderão ser aumentadas por Decreto mediante a redução de dotação consignada no orçamento do Órgão ou Unidade.

§ 3º A redução das transferências financeiras em relação ao inicialmente projetado serve de ponte para abertura de créditos adicionais por Decreto até o limite da redução no exercício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS
Av Firmino Girardello, 85
Getúlio Vargas - Rio Grande do Sul - 99900-000
administracao@pmgv.rs.gov.br

§ 4º Poderão ser utilizadas, para efeitos de créditos adicionais, reduções de valores atribuídos a créditos orçamentários de diferentes unidades da Administração Direta e Indireta, sendo que os créditos que envolvam o Poder Legislativo deverão possuir autorização expressa daquele Poder.

CAPITULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 8º A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis a matéria.

Art. 10 Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 11 O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismo para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 12 Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos nos demonstrativos referidos nos incisos I e III do art. 1º da Lei Municipal nº 5.691 de 04 de setembro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021, em conformidade com o disposto no § 1º do mesmo artigo.

Parágrafo único. Para efeito de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

Art. 13 Integram esta Lei, os Anexos de que trata a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que são os seguintes:

ANEXO 01 – Demonstração Receita e Despesa
ANEXO 02 - Receita Segundo as Categorias
ANEXO 02 – Despesa Segundo as Naturezas;
ANEXO 02 – Demonstração da Despesa;
ANEXO 06 - Programa de Trabalho;
ANEXO 07 - Programa de Trabalho do Governo;
ANEXO 08 - Demonstrativo da Despesa Conforme Vínculo;
ANEXO 09 - Demonstrativo da Despesa por Funções;
Quadro de Detalhamento da Despesa-QDD-2021;
Sumário Geral da Receita e da Despesa-2021;
Tabela da Evolução da Despesa-2021;
Tabela da Evolução da Receita-2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS

Av Firmino Girardello, 85

Getúlio Vargas - Rio Grande do Sul - 99900-000

administracao@pmgv.rs.gov.br

Art. 14 O Poder Executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).


Art. 15 Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS, 23 de outubro de 2020.


MAURICIO SOLIGO,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.


ROSANE F. C. CADORIN,
Secretária de Administração.


Esta Lei foi afixada no Mural da Prefeitura,
onde são divulgados os atos oficiais, por 15
dias a contar de 26/10/2020.